CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA CONSÓRCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

14. Outras despesas administrativas - Administradora

A composição das despesas administrativas pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros	(1.696)	(4.087)	(4.757)
Localização e funcionamento	(1.874)	(3.717)	(3.903)
Publicidade e propaganda	(2.245)	(4.968)	(5.389)
Eventos administrativos	(1)	(2)	(2)
Serviços do sistema financeiro	(28)	(52)	(62)
Publicações legais	(38)	(68)	(71)
Ressarcimentos de recursos não procurados	(3.726)	(5.068)	(2.513)
Despesas compartilhadas	(8.508)	(17.967)	(18.455)
Comissões	(120.091)	(255.498)	(272.538)
Arrendamento de balcão	(2.497)	(8.042)	(23.711)
Outras despesas administrativas	365	(14)	(539)
Total	**(140.339)**	**(299.483)**	**(331.940)**

15. Despesas tributárias - Administradora

A composição das despesas tributárias pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
ISS	(6.599)	(13.405)	(13.216)
PIS e COFINS	(27.811)	(56.399)	(56.363)
Despesas compartilhadas	(3)	(68)	(11)
Outras despesas tributárias	(3)	(66)	(98)
Total	**(34.416)**	**(69.938)**	**(69.688)**

16. Outras receitas e (despesas) operacionais - Administradora

A composição das outras receitas e despesas operacionais pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Receita com multas e juros	5.712	8.900	12.746
Taxa de permanência	33.601	67.352	58.430
Honorarios e custas processuais	(2.817)	(5.503)	(5.013)
Outras rendas operacionais	10.390	21.512	15.842
Formalização e custo de contemplação	(969)	(2.035)	(2.774)
Propaganda e correspondência	6.984	6.050	(2.295)
Despesas acessórias com vendas	(657)	(711)	(330)
Serviço de recuperação de crédito	(566)	(1.304)	(1.314)
Mídia produto	(3.577)	(3.678)	(24)
Central de relacionamento	(915)	(1.817)	(1.513)
Serviços de terceiros	(4.549)	(14.031)	(17.969)
Indenizações judiciais	(1.406)	(4.972)	(5.595)
Pagamento obrigatório ao estipulante	(5.980)	(8.056)	(3.956)
Outras despesas operacionais	(1.829)	(4.709)	(7.243)
Total	**33.422**	**56.998**	**38.992**

17. Imposto de renda e contribuição social - Administradora

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	180.556	180.556	135.179	135.179
Base de cálculo	**180.556**	**180.556**	**135.179**	**135.179**
Taxa nominal do tributo	9%	25%	9%	25%
Tributos calculado a taxa nominal	**(16.250)**	**(45.139)**	**(12.166)**	**(33.795)**
Ajustes do lucro real	(6.840)	(6.802)	4.172	4.172
Ajustes temporários diferidos	7.029	7.029	(2.939)	(2.939)
Total dos ajustes a base de cálculo	**189**	**227**	**1.233**	**1.233**
Tributos sobre os ajustes	**(17)**	**(57)**	**(111)**	**(308)**
Incentivos fiscais	–	128	–	859
Despesa contabilizada	**(16.267)**	**(45.068)**	**(12.277)**	**(33.244)**
	–			
Taxa efetiva	**9,01%**	**24,96%**	**9,08%**	**24,59%**

18. Principais práticas contábeis - Grupos de Consórcios

a. Ativo circulante

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos aplicados, segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de rateio diário proporcionais à participação de cada grupo no total das receitas.

ii. Direitos junto a consorciados contemplados

Representam os valores a receber de consorciados que já foram contemplados.

b. Passivo circulante

i. Obrigações com consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

ii. Valores a repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento a terceiros, a título de Taxa de Administração e Seguros, Multas e Juros Moratórios, Custas Judiciais e Prêmios de Seguros.

iii. Obrigações por contemplações a entregar

Representam os recursos a repassar aos consorciados contemplados destinados à aquisição de bens.

iv. Recursos a devolver a consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

v. Recursos do grupo

Representam os registros dos recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

c. Compensação

i. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

ii. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições totais (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.

iii. Valor dos bens ou serviços a contemplar

Corresponde ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente no período.

d. Demonstração consolidada das variações das disponibilidades de grupos

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

i. Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio no período e incluem os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebida dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva e dos seguros.

O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento de prestações, além de outras possibilidades previstas em Lei. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

ii. Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como: cartas de crédito, taxa de administração, seguros e outros.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou no decorrer do recebimento das prestações.

e. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios podem ser resumidas como segue:

	Quantidades	
Operações de consórcios:	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Grupos em andamento	157	182
Consorciados ativos	158.423	171.034
Consorciados desistente ou excluídos - total [1]	159.257	147.882
Consorciados desistente ou excluídos - no período	30.010	34.855
Consorciados contemplados	142.326	136.119
Bens pendentes de entrega	45.169	44.066
Bens entregues - total [2]	97.157	92.053
Bens entregues - no período	29.255	30.158
Taxa média de inadimplência dos contemplados [3]	13,41%	12,68%

[1] Representa o total de cotas desistentes e excluídas de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;

[2] Representa a utilização total da carta de crédito de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;

[3] A partir de 30/06/2015, o percentual de inadimplência calculado representa as cotas contempladas de consorciados ativos cujo percentual em atraso é igual ou superior ao percentual de amortização mensal, na data-base, sobre a quantidade total de cotas contempladas de consorciados ativos.

19. Aplicações financeiras - Grupos

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) podem ser resumidas como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Letras financeiras do tesouro	2.017.626	2.017.626	1.972.985
Quotas de fundos de investimento	189.225	189.225	121.906
Total	**2.206.851**	**2.206.851**	**2.094.891**

20. Provisões

As ações judiciais em que a companhia é ré, em sua maior parte envolvem pedido de devolução de valores pagos. Os valores pagos pelos consorciados ficam registrados nas rubricas: i) obrigações com consorciados; ou ii) recursos a devolver a consorciados até o encerramento dos grupos, quando então são devolvidos aos consorciados.

Para as ações que envolvem pedido de indenização por danos morais é realizada provisão na Administradora para aquelas em que a probabilidade de perda for considerada provável. (Nota 7.d.)

Conselho de Administração

Paulo Otavio Silva Camara - Presidente | **Rosana Techima Salsano** | **Antônio Carlos Paiva Futuro** | **Maximiliano Alejandro Villanueva** | **Pedro Duarte Guimarães**

Parecer do Conselho Fiscal

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório com ênfase emitido pela KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Conselho Fiscal

Humberto Fernandes de Moura
Membro do Conselho Fiscal

José Marcolino Lincoln
Membro do Conselho Fiscal

José Antônio Lima Tenório
Membro do Conselho Fiscal

Diretoria Executiva

Maximiliano Alejandro Villanueva
Diretor Presidente

Mozart de Oliveira Farias
Diretor Operacional

Contador

Ana Paula Rodrigues Coelho
CRC PE - 020428/O-0 T-DF

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Comitê de Auditoria - Coaud é um órgão estatutário, instalado na CNP Seguros Holding Brasil S.A., líder do Conglomerado e com atuação sobre todas as subsidiárias do Grupo, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração da Holding. É composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de cinco anos.

Para o exercício de sua missão institucional, o Comitê realiza reuniões periódicas, de acordo com seu Planejamento Anual, aprovado pelo Conselho de Administração.

As atividades desenvolvidas no período estão registradas em atas, cobrem o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente e de Diretores Executivos do Grupo, dos Auditores Independentes, de representantes da Auditoria Interna, da Conformidade, do Controle de Riscos, da Governança Corporativa e da Ouvidoria. Referidas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coaud e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

Ao longo de 2021, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as Demonstrações Financeiras de 31/12/2021 da CNP Seguros Holding Brasil S.A. e das seguintes controladas : Caixa Seguradora S.A., Caixa Capitalização S.A., Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios, Companhia de Seguros Previdência do Sul-Previsul, Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.. e Youse Seguradora S.A., também revisou as notas explicativas, o Relatório da Administração e os relatórios dos Auditores Independentes.

Conclusões:

Com base em suas avaliações ao longo do período e tendo presentes as atribuições e limitações inerentes ao seu escopo de atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

Não foram constadas evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 144 da Resolução CNSP n.º 321/15.

A auditoria contábil externa foi efetiva e realizou suas atividades de forma objetiva e independente. As informações fornecidas pela KPMG constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras.

A auditoria interna foi efetiva, concluiu o conjunto de trabalhos ajustados com o Coaud para o exercício e desempenhou suas funções com independência e objetividade.

O sistema de controles internos mostrou-se adequado e preparado para os desafios que o Grupo está enfrentando, em razão da reorganização societária e das reestruturações internas.

Não foram constatadas evidências de falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares pertinentes que possam colocar em risco a continuidade do negócio.

As práticas contábeis relevantes utilizadas pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e controladas, na elaboração das demonstrações financeiras, estão alinhadas aos princípios fundamentais de contabilidade, à legislação societária brasileira e às demais normas aplicáveis.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria

João Decio Ames

Rogério Vergara

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre o exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção a nota 3.1, às demonstrações financeiras, que indica que as informações comparativas no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 foram reapresentadas em função da compensação de certos ativos e passivos fiscais correntes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício anterior

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 3.1, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativas ao semestre e exercício findos nessa data e as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2020, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Administradora referentes ao semestre e exercício findos nessa data e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0